

Secretário de Saúde cai

A crise na saúde pública de Brasília derrubou o terceiro Secretário de Estado em um ano. O ginecologista e obstetra Arnaldo Bernardino, 40 anos, é o quarto médico a ocupar o cargo em 2002. Ele assume a pasta em meio ao vendaval, na tentativa de recuperar a credibilidade dos hospitais e da Secretaria. No último ano, foram denúncias de todos os tipos. Faltam medicamentos, há suspeitas de superfaturamento em licitações e mortes de pacientes estão sendo investigadas pela polícia civil e Ministério Público.

A diferença entre Bernardino e seus antecessores é a forma como foi escolhido. Dessa vez, a indicação não partiu do governador Joaquim Roriz. O novo secretário foi eleito, por unanimidade, por representantes da classe médica. Eles se reuniram ontem à tarde durante quase sete horas na residência oficial do governador. O objetivo era discutir medidas emergenciais para a saúde no DF. Entre elas, a criação de um conselho consultivo para discutir e definir políticas para o setor. O novo órgão começa a funcionar, formalmente, na segunda-feira. Participarão dele representantes dos conselhos federal e regional de Medicina, Sindicato dos Médicos do DF, Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF, Associação Médica de Brasília e Sindicato da Saúde do DF.

Na entrevista coletiva convocada para anunciar as mudanças na área de Saúde, o governador foi político. "Não perguntei a nenhum médico por sua ideologia ou partido. A mim não interessa. Eu quero é saber de conciliação com a cidade." Desde a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, Roriz se mostra disposto a dialogar com adversários políticos. Mas a ideia de convocar os profissionais da saúde para conversar não partiu dele.

A verdade é que os médicos demonstravam sua crescente insatisfação com o governo, há mais de seis meses. Eles denunciaram as péssimas condições de trabalho à imprensa, MP e entidades de classe. Por isso, antes do pleito de outubro, representantes da categoria enviaram carta aos então candidatos Joaquim Roriz e Geraldo Magela. O documento deixava claro: os médicos queriam participar da escolha do novo secretário, para evitar o agravamento dos problemas da Saúde. Temia-se, principalmente, a recondução de Jofran Frejat — apontado como grande responsável pela crise — ao cargo.

Desde então, definiu-se a indicação de Bernardino — vice-presidente do Sindicato dos Médicos — para o cargo. A posse estava

Adauto Cruz



BERNARDINO FOI LEVADO AO CARGO POR FORÇA DA CLASSE MÉDICA. ELE ENFRENTARÁ UMA DAS MAIORES CRISES NA SAÚDE PÚBLICA DA HISTÓRIA DO DF

prevista para 1º de janeiro. Mas a última acusação contra a Secretaria (leia matéria abaixo), forçou a

antecipação da mudança. A pedido, diga-se de passagem, do ex-secretário Aluisio Toscano. O cirurgião assumiu a pasta em 27 de julho e teve a prisão decretada duas vezes por descumprir intimação judicial. Em ambos os casos ele deveria entregar remédios de alto custo a pacientes de doenças graves, como câncer.

Durante quase um ano, faltaram remédios em todo o Distrito Federal. O problema foi manchete nos jornais e ganhou des-

taque no horário eleitoral. Mesmo assim, as prateleiras continuaram vazias. Roriz minimizou o problema e chegou a acusar a oposição de esconder os medicamentos para prejudicá-lo. Reeito, admite: o problema existe, é crítico e exige providências.

Segundo o governador, a partir de quinta-feira não faltará mais remédio na cidade. Ele atribui a mudança ao fim da burocracia. Antes, cada vez que faltava um medicamento abria-se uma licitação, que demorava até dois meses para ser finalizada. Agora, o pedido de compra será feito uma única vez. A empresa vencedora abastecerá os hospitais, durante o prazo de seis meses, sempre que

o estoque do remédio abaixar.

Mas a lentidão da máquina não é o único motivo para falta de remédio. O MP acusa o GDF de compra medicamentos superfaturados em até 328%. Para evitar novas suspeitas, a Secretaria divulgará os resultados das licitações pela internet, no endereço www.fazenda.df.gov.br, a partir da terça-feira.

O secretário se reúne hoje, às 9h, com representantes do recém-criado Conselho Consultivo, no Hospital de Base. De lá sairão propostas para resolver os problemas da pasta. Uma das primeiras medidas anunciadas será a recuperação das emergências e setores essenciais dos hospitais.

ENTENDA O CASO

Os problemas na área de saúde começaram a ser investigados pelo Ministério Público do DF; conselhos regionais de Medicina e Farmácia em novembro do ano passado. Na época, a farmácia de alto custo da rede pública não contava com 122 medicamentos essenciais. Em junho deste ano, esse número pulou para 265. Investigando o problema, o Ministério Público procurou saber como eram gastos os R\$ 1,2 bilhão do Fundo de Saúde. Confira:

■ Apenas R\$ 180 milhões são gastos com ações de saúde, compra de materiais e medicamentos. Os projetos sociais do GDF levam R\$ 117,8 milhões. O dinheiro é usado para a distribuição de cestas básicas e construção dos "restaurantes da solidariedade." Do dinheiro usado nas principais ações de saúde, 70% foi gasto em menos de seis meses. R\$ 40 milhões foram deslocados para construção da terceira ponte. R\$ 20 milhões voltaram para a saúde depois.

■ Relatório do Conselho Regional de Farmácia levanta suspeitas sobre superfaturamento nos processos de licitação de medicamentos. A Secretaria de Saúde pagaria até 328% mais caro por remédios que têm similares no mercado brasileiro. As suspeitas levaram o Ministério Público Federal (MPF) e o do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a entrar com uma ação na Justiça Federal.

■ Em outubro, o **Correio** mostrou em extensa reportagem a crise que assola o Hospital de Base do DF. As cirurgias cardíacas não-emergenciais foram suspensas. No pronto-socorro, os respiradores ultrapassados causam risco de vida aos pacientes. Três mortes são investigadas pelo MP e Polícia Civil. No setor de câncer, das quatro máquinas de radioterapia, apenas duas funcionam, uma delas em estado precário.

■ No início do mês, o Hospital Regional de Taguatinga (HRT) desativou sua unidade de hemodiálise. O setor atendia 42 pacientes e todos foram transferidos para clínicas particulares porque as máquinas do HRT são ultrapassadas e ofereciam risco aos doentes renais. A determinação foi da Anvisa.